

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA
FEDERAL**
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
HUMANOS

**ACADEMIA NACIONAL DA POLÍCIA RODoviÁRIA
FEDERAL**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 200229

Número do Contrato: 18/2017.

Nº Processo: 08812001163201713.

PREGÃO SISPP Nº 7/2017. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 04177295000127. Contratado : INCOMPANY ENSINO E TREINAMENTO DE-IDIOMAS LTDA. Objeto: Acréscimo de 6,66% (seis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) ao valor do contrato. Fundamento Legal: Art. 65, I, "b" da Lei 8.666/93. Vigência: 05/04/2018 a 11/01/2019. Valor Total: R\$48.115,20. Fonte: 174020197 - 2017NE800251. Data de Assinatura: 05/04/2018.

(SICON - 12/04/2018) 200229-00001-2018NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2018 - UASG 200114

Nº Processo: 08655043977201785.

INEXIGIBILIDADE Nº 2/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 04463885000116. Contratado : LT COMERCIAL LTDA -Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos denominados controladores de velocidade do tipo estáticos, da marca LASERTECH, MODELOS TRUCAM LTI 20/20 e MARKSMAN ULTRALIGHT (MICRO DIGICAM), pertencentes à Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal na Bahia (SRPRF/BA), com fornecimento de peças e serviços, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Decreto 2.271/1997 e Instrução Normativa SEGES/MPDG 5/2017. Vigência: 11/04/2018 a 11/04/2019. Valor Total: R\$76.702,46. Fonte: 174020197 - 2018NE800153. Fonte: 174020197 - 2018NE800154. Data de Assinatura: 11/04/2018.

(SICON - 12/04/2018) 200114-00001-2018NE000003

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 7/2018 - UASG 200114**

Nº Processo: 08655000027201847. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de água mineral acondicionada em galões de 20 litros e Gás Liquefeito de Petróleo - GLP envasado em botijões P13. Total de Itens Licitados: 00023. Edital: 13/04/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 16h00. Endereço: Rua da Indonésia, Nº 500. Granjas Rurais Presidente Vargas - SALVADOR - BA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200114-05-7-2018.

Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 09/05/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

PEDRO EMILIO SOUTO CRUZ
Chefe da Saf/ba

(SIDECA - 12/04/2018) 200114-00001-2018NE000003

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 9/2018 - UASG 200124**

Nº Processo: 08665008074201739. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação dos serviços de Limpeza, Asseio e Conservação, Copeiragem, Lavagem de Autos e Recepção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/04/2018 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Eng. Emiliano Macieira, Nº 3737 - Br 135 - Km 1,8 Vila Itamar - SAO LUIS - MA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200124-05-9-2018.

Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 25/04/2018 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

RICARDO VIANNA DA SILVA
Pregoeiro

(SIDECA - 12/04/2018) 200124-00001-2018NE800003

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
EM MINAS GERAIS**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2018 - UASG 200115

Número do Contrato: 10/2015.

Nº Processo: 08656016817201419.

PREGÃO SRP Nº 24/2013. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 05423963000111. Contratado : OI MOVEL S.A. - EM RECUPERACAO -JUDICIAL. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação e o reajuste do valor do Contrato nº 10/2015. Fundamento Legal: Lei 8666/93 e Lei 10520/02. Vigência: 20/04/2018 a 20/04/2019. Valor Total: R\$258.145,07. Fonte: 174020197 - 2018NE800014. Data de Assinatura: 03/04/2018.

(SICON - 12/04/2018) 200115-00001-2018NE000002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2018 - UASG 200118

Número do Contrato: 4/2017.

Nº Processo: 08659091916201611.

PREGÃO SRP Nº 1/2017. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA. CNPJ Contratado: 10328740000105. Contratado : AVANTT - SELECAO E TREINAMENTO DE-MAO DE OBRA LTDA. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato 4/2017 por 12 meses. Fundamento Legal: Art. 57, II, da Lei 8666/93 e Cláusula 2ª do Contrato. Vigência: 10/05/2018 a 09/05/2019. Valor Total: R\$51.975,24. Fonte: 174020197 - 2018NE800109. Data de Assinatura: 09/04/2018.

(SICON - 12/04/2018) 200118-00001-2018NE000002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2018 - UASG 200127

Nº Processo: 08668000500201847.

PREGÃO SISPP Nº 7/2018. Contratante: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA-PUBLICA - SRPRF-PI. CNPJ Contratado: 24508094000172. Contratado : P. C. MENDONCA JUNIOR -Objeto: Serviço de manutenção predial corretiva nas edificações das unidades da Polícia Rodoviária Federal no Piauí no município de Parnaíba. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002. Vigência: 11/04/2018 a 10/12/2018. Valor Total: R\$40.148,29. Fonte: 174020197 - 2018NE800171. Data de Assinatura: 11/04/2018.

(SICON - 12/04/2018) 200127-00001-2018NE000001

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM RORAIMA

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2018 - UASG 200232**

Nº Processo: 08676000307201815. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de semirreboques tanques de combustível, com fins de aparelhar esta Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Roraima. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/04/2018 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Endereço: Rua Professor Diomedes 764, Sao Vicente BOA VISTA - RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200232-05-1-2018.

Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/04/2018 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br.

NATANIE RODRIGUES MOTA
Pregoeira

(SIDECA - 12/04/2018) 200232-00001-2018NE800086

Ministério Público da União

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 783/2018

Celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o HOSPITAL OTOCLINICA LTDA - Processo nº 1.15.000.001076/2016-40. Objeto: Prestação de Serviços Médico-Hospitalares. Elemento de despesas: 33.90.39 - Programa de Trabalho nº 03301058120040001. Notas de empenho/MPF: nº 2016NE000005, de 14/01/2016; MPT: nº 2016NE000091, de 19/01/2016; MPM: nº 2016NE000034, de 04/01/2016; Programa de Trabalho nº 03301058120040053, MPDF: Nota de Empenho: 2016NE000017, de 07/01/2016 e Programa de Trabalho nº 03301210020045664, CNMP: Nota de Empenho: nº 2016NE000310, de 18/02/2016. Vigência: 09/03/2018 a 08/03/2023. Assinatura: pelo Credenciante: MARCIUS CORREIA LIMA, Diretor Executivo e pelo Credenciado: JOSÉ IRAMAR DA ROCHA MOREIRA.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO ACRE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2018

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Acre. CONTRATADA: CLARO S.A. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC de fixo para fixo e fixo para móvel na modalidade LOCAL, a fim de atender à Procuradoria da República no Acre. Vigência: 12/04/2018 a 11/04/2019. Assinatura: 12/04/2018. Procedimento de Gestão Administrativa: 1.10.000.000692/2017-41. Valor global estimado para 12 (doze) meses: R\$ 22.396,82 (vinte e dois mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos). Fundamento Legal: Lei nº 8.666 de 21/06/1993, na Lei nº 10.520 de 17/07/2002, no Decreto nº 5.450 de 31/05/2005 e demais normas pertinentes. Nota de Empenho: 2018NE000101. Data da NE: 22/03/2018. Crédito da despesa: 03062058142640001. Assinam: Paulo Machado Corrêa pela Contratante; e Roberta Jerônimo Gonso e Juliana Franco Jibrán Hsieh, ambas pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2018 - SRP

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Acre. CONTRATADA: CLARO S/A. Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC de fixo para fixo e fixo para móvel na modalidade LOCAL, a fim de atender à Procuradoria da República no Acre. Item e valor: item 01 - Serviço telefone fixo comutado - STFC, na modalidade local, para a sede da Procuradoria da República no Acre; Valor global estimado para 12 (doze) meses: R\$ 22.396,82 (vinte e dois mil trezentos e noventa e seis reais e oitenta e dois centavos). Vigência: 12/04/2018 a 11/04/2019. Assinatura: 12/04/2018. Procedimento de Gestão Administrativa: 1.10.000.000692/2017-41. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Decreto 7.892/2013. Assinam: Paulo Machado Corrêa pela Contratante; e Roberta Jerônimo Gonso e Juliana Franco Jibrán Hsieh, ambas pela Contratada. Aprova: Ricardo Alexandre Souza Lagos, Procurador-Chefe da PR/AC.

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2016. Ref.: PGEA 1.17.000.000509/2016-75 e 1.17.000.000720/2018-50. Contratantes: UNIÃO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria da República no Espírito Santo, CNPJ 26.989.715/0013-46, e a empresa MONITORE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.014.372/0003-52; Objeto: Repactuar os preços praticados no Contrato nº09/2016, na Procuradoria da República no município de Linhares/ES, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, para o valor mensal de R\$ 9.635,24; Data da Assinatura: 19/03/2018; Assinam: RODRIGO VIEIRA TEIXEIRA, Secretário Estadual da PR/ES pela contratante e ARY PALHEIRO BRANDÃO pela contratada.

**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO
DO MARANHÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 19/2018 - UASG 925129**

Nº Processo: 36402018. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de seguro total dos 156 (cento e cinquenta e seis) veículos pertencentes à frota oficial da Procuradoria-geral de Justiça do Maranhão, conforme as especificações, quantitativos e detalhamentos fixados no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante do Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/04/2018 de 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Professor Carlos Cunha, Nº 3261 Calhau - SAO LUIS - MA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/925129-05-19-2018. Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 26/04/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JOAO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO
Pregoeiro

(SIDECA - 12/04/2018) 925129-00001-2018NE000001
(Of. El. nº.)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2014 de prestação de serviços de vigilância armada nas dependências da PRM/Imperatriz, firmado em 26/05/2014; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão; Contratada: TECSEG Tecnologia em Segurança Privada EIRELI - EPP; Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 31/05/2018 a 31/05/2019; Fundamento Legal: art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993; Processo: MPF/PR/MA nº 1.19.000.001353/2013-22; Cobertura



Orçamentária: Elemento 339037, Programa de Trabalho 03062058142640001; Nota de Empenho: nº 2018NE000023, de 11/01/2018; Signatários: pela Contratante, Flávio Roberto Martins de Matos, e pela Contratada, Márcia Helena França Silva Guimarães; Data da Assinatura: 05/04/2018.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, inscrita no CNPJ 33.621.384/0001-19, mantenedora da FACULDADE CENECISTA DE VARGINHA - FACECA, com sede na Rua Catanduvás, 173, Varginha/MG. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data e assinatura: 12/04/2018. (Dra. ISABELA DE HOLLANDA CAVALCANTI, Procuradora-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e o SR. ANTÔNIO CARLOS LUMINATTO, Diretor da FACULDADE CENECISTA DE VARGINHA- FACECA).

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA PARAÍBA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato Nº 13/2013

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e" da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 13/2013 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 13/2013, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000751/2017-95 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato nº 16/2013

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e" da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 16/2013 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 16/2013, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000750/2017-41 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato nº 27/2015

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e"

da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 27/2015 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 27/2015, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000749/2017-16 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato nº 28/2015

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e" da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 28/2015 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 28/2015, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000755/2017-73 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato nº 30/2015

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e" da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 30/2015 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 30/2015, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000756/2017-18 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

AVISO DE PENALIDADE

Contrato nº 32/2014

O Procurador-chefe da Procuradoria da República na Paraíba, no uso das atribuições legais, com fundamento nos termos do art. 33, XIII, do Regimento Interno do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 382/2015), torna público que foi aplicada à empresa AKYLLES SOUSA DO NASCIMENTO - ME (ALLIANÇA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS), CNPJ nº 14.601.896/0001-79, sanções por inexecução parcial do objeto contratado, com a aplicação da penalidade prevista na alínea "e" da Cláusula Décima Terceira - Das penalidades do Contrato MPF/PB nº 32/2014 (ALLIANÇA), a saber: suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, nos termos do art. 87, III da lei nº 8.666/93, sendo assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de recurso administrativo ao Procurador-Chefe da PR/PB, protocolando no endereço Av. Presidente Epitácio Pessoa, 1800, Expedicionários, João Pessoa/PB, CEP.: 58041-006, e-mail: PRPB-seccg@mpf.mp.br, fone: (83) 3044-6211/6306. A penalidade é resultado da apuração de responsabilidade por descumprimento do Contrato nº 32/2014, mediante o Processo Administrativo nº 1.24.000.000754/2017-29 da PR/PB.

Em 10 de abril de 2018.
MARCOS ALEXANDRE BEZERRA
WANDERLEY DE QUEIROGA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PR/PI Nº 1/2018**

A Supervisora de Licitações e Disputas Eletrônicas da Procuradoria da República no Piauí torna público o resultado do Pregão Eletrônico PR/PI nº 1/2018 (Processo Nº 1.27.000.000364/2018-28), que tem como objeto a aquisição de material de expediente, como segue: GRUPO 1 adjudicado para MAAX SOLUTIONS COMERCIO E SERVICOS EM INFORMATICA EIRELI (CNPJ nº 17.878.171/0001-10) pelo valor total de R\$ 1.820,05; GRUPO 2 adjudicado para MERCADINHO SANTANA LTDA (CNPJ nº 18.717.757/0001-66) pelo valor total de R\$ 2.323,09; GRUPO 3 adjudicado para HELIO MASASHI SAITO & CIA LTDA (CNPJ nº 62.492.798/0001-93) pelo valor total de R\$ 3.146,22; GRUPO 4 adjudicado para MARIA ANTONIA DE SOUZA COMERCIO (CNPJ nº 11.414.771/0001-41) pelo valor total de R\$ 128,10; ITEM 48 adjudicado para DOLCIMAR ANTONIO TESTA (CNPJ nº 11.701.780/0001-13) pelo valor total de R\$ 500,00; e ITEM 49 adjudicado para MARIA ANTONIA DE SOUZA COMERCIO (CNPJ nº 11.414.771/0001-41) pelo valor total de R\$ 300,00. A referida licitação foi devidamente homologada pelo Secretário Estadual, Sr. Leonardo Braga Silveira, com fundamento no art. 8º, VI, do Decreto nº 5.450/2005 e no inciso IV da Portaria PR/PI nº 77, de 2 de junho de 2015.

JULIA VALÉRIA GONÇALVES DIÓGO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº 12/2018. CONVÊNIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO Partícipes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A SOCIEDADE JURÍDICA DE ENSINO LTDA., MANTENEDORA DO INSTITUTO DE DIREITO PÚBLICO DE SÃO PAULO. Objeto: Cooperação Técnica, Operacional e Científica por meio de atividades acadêmicas desenvolvidas por aluno ou grupo de estudos que versem a respeito de questões de atribuição do Ministério Público Federal, proporcionando a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 12/04/2018 a 11/04/2021. Data de assinatura: 12/04/2018. Assinam: José Luiz Cintra Junqueira, Diretor Geral; e Elisa Brito Silva, Secretária Estadual da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2018

ESPÉCIE: Contrato nº 30/2018; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.002697/2018-47; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: REDE NACIONAL DE APRENDIZAGEM, PROMOÇÃO SOCIAL E INTGRAÇÃO (RENAPSI); CNPJ: 37.381.902/0001-25; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 05/2018; PROCESSO PR-SP/SLDE: 1.34.001.003316/2017-66; OBJETO: Prestação de serviços de contratação de entidade sem fins lucrativos inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem para selecionar, recrutar e encaminhar aprendizes para desempenhar atividades administrativas nas dependências da Procuradoria da República no Estado de São Paulo.; VIGÊNCIA: 03/04/2018 a 02/04/2019; VALOR GLOBAL: R\$ 87.999,60 (Oitenta e sete mil e novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos); PROGRAMA DE TRABALHO: 03062058142640001; ELEMENTO DE DESPESA: 33903702 e 33903705; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: VALDINEI VALÉRIO DA SILVA; DATA DA ASSINATURA: 03/04/2018.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 37/2014; PROCESSO PR-SP/DICGC: 1.34.001.003802/2014-31; CONTRATANTE: PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO; CNPJ: 26.989.715/0031-28; CONTRATADA: ELEVADES ORION LTDA.; CNPJ: 05.823.840/0001-78; OBJETO: ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINÁRIO; VIGÊNCIA: 16/06/2018 A 15/06/2019; SIGNATÁRIOS: MPF-PR/SP: ELISA BRITO SILVA, Secretária Estadual e CONTRATADA: LEANDRO FERREIRA DA SILVA; DATA DA ASSINATURA: 02/04/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 16/2018 - UASG 200200

Nº Processo: 18693201700900/4. Objeto: Construção do WebService dos dados de formação acadêmica, trabalhos publicados e instituição (dados curriculares) de membros e servidores ativos do MPT. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 09/04/2018. TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS. Diretora de Administração. Ratificação em 09/04/2018. SANDRA CRISTINA DE ARAUJO. Diretora-geral Substituta. Valor Global: R\$ 23.757,47. CNPJ CONTRATADA : 88.633.680/0002-02 OSM CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.

(SIDECA - 12/04/2018) 200200-00001-2018NE000012

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 1ª REGIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, pela Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições institucionais, inseridas no artigo 129 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 5º e 83 da Lei Complementar nº 75/1993 e na Resolução nº 82/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 159, de 14 de fevereiro de 2017, COMUNICA ao público em geral, especialmente às entidades representativas da sociedade civil e das instituições públicas e privadas e às demais pessoas interessadas, que no dia 16 DE MAIO DE 2018, quarta-feira, a partir das 13h, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, situado na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 251, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA com o objetivo de discutir, na presença de toda a comunidade interessada, notadamente os representantes dos trabalhadores, empregadores, órgãos públicos e movimentos sociais envolvidos, o tema ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TRABALHO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E BENEFICIÁRIOS REABILITADOS com os seguintes objetivos: 1 - rede de empregabilidade para facilitar a busca ativa de trabalhadores nestas condições por parte das empresas; 2 - capacitação/qualificação de pessoas com deficiência; 3 - conscientização dos gestores públicos e privados sobre a temática; 4 - observância da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; 5 - conceituação de acessibilidade nas suas diversas esferas.

Inicialmente, profissionais especializados no tema, previamente convidados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, farão suas exposições. A princípio, o tempo destinado a cada expositor, inclusive aos convidados previamente pelo MPT, será de 10 (dez) minutos, a depender do número de inscritos.

Todos os presentes na Audiência Pública poderão se manifestar oralmente, desde que se inscrevam para tanto. O tempo destinado a cada participante será de 5 (cinco) minutos, a depender do número de inscritos. A ordem de manifestação obedecerá à ordem de inscrição.

Os presentes na Audiência Pública poderão apresentar manifestações escritas, caso queiram, as quais ficarão arquivadas na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, em procedimento próprio.

A Audiência Pública será conduzida pela Mesa Diretora presidida por membro do Ministério Público do Trabalho, responsável pela condução dos trabalhos e por fazer cumprir o Edital, o qual terá por atribuição também resolver questões eventualmente não regulamentadas, em decisão fundamentada e irrecorrível.

A Audiência Pública será encerrada após as exposições, manifestações e debates, podendo ser suspensa para curto intervalo, após o qual os trabalhos serão retomados, e finalizados às 17 horas do dia 16 de maio de 2018, tudo a critério da Mesa Diretora e de comum acordo com os participantes, que poderão deliberar sobre eventual necessidade de continuação da audiência em outra data.

Ata circunstanciada da Audiência Pública será publicada no sítio virtual da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Rio de Janeiro - www.prt1.mpt.mp.br - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua realização (Art. 4º da Resolução nº 82/2012, do Conselho Nacional do Ministério Público, alterada pela Resolução nº 159, de 14 de fevereiro de 2017).

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2018.
LUCIANA TOSTES DE GUADALUPE E SILVA
Procuradora do Trabalho 40º Ofício Geral da PRT 1ª Região

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 3ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2018 - SRP

Processo nº 226/2018.03.900/0. Objeto: Registro de Preços para aquisição de material de expediente, para a PRT3. Edital em 16/04/2018 nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://portal.mpt.mp.br/MPTransparencia/pages/portal/informacoesDetalhadasLicitacao.xhtml>

Belo Horizonte-MG, 12 de abril de 2018.
ROSÂNGELA DIAS RIBEIRO TEIXEIRA
Pregoeira

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Convenientes: Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região e Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda.; Objeto: prorrogar a vigência do convênio de concessão de estágio de ensino superior por 3 anos, a partir de 28/05/2018; Signatários: Cibele Cotta Cenachi Napoli - Coordenadora da PTM de Montes Claros e Antônio Augusto Pereira Moura - Diretor Geral; Assinatura: 10/04/2018.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratante: A União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, CNPJ 26.989.715/0036-32. Contratada: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A., CNPJ: 86781069/0001-15. Processo nº 1127.2018.05.900/1. Objeto: SEMINÁRIO NACIONAL "COO FISCALIZAR CONTRATOS DE COMPRAS E SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - MELHORES PRÁTICAS PARA ATUAÇÕES EFICIENTES DOS FISCAIS E DO GESTOR". Valor R\$ 3.790,00. Elemento de Despesa: 339039. Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II da Lei 8.666/93.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º TA ao Cont. nº 08/2015. Proc: 001551.2017.05.900/5. Contratante: a União, pela PRT/5ª Região-BA. Contratada: BAHIA CONTROLADORA DE PRAGAS URBANAS LTDA; CNPJ 00.660.370/0001-55. Objeto: acrescentar o quantitativo de reservatórios a serem higienizados. Valor Global: R\$ 11.382,31. Vigência: 04.05.2017 a 03.05.2018. Assinatura: 02.02.18. Signatários: Luis Carlos Gomes Carneiro Filho, Procurador-Chefe, pela contratante; Genival Dias Dantas, Sócio-Gerente, pela contratada.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 10ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio de Estágio ano 2018; Concedente: União Federal/Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho 10ª Região; Conveniente: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo, mantenedora da Universidade Paulista (UNIP); Objeto: Proporcionar a oportunidade de realização de estágio curricular no MPT/PRT 10ª Região aos alunos regularmente matriculados; Vigência: 3 anos; Data da assinatura: 12.04.2018; Signatários: Pela concedente, Sérgio José Américo Pedreira e pelo conveniente, Fernando Di Genio Barbosa.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 11ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato 9912318621 de comercialização de serviços postais para esta PRT/11ª Região CONTRATANTE: União Federal por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região/AM. CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. OBJETO: Prestação de serviços postais. DATA DA ASSINATURA: 15.03.2018. VIGÊNCIA: 15.03.2018 a 15.03.2019. VALOR ESTIMADO: R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais) SIGNATÁRIOS: Pela Contratante, Dr. Jorsinei Dourado do Nascimento - Procurador-Chefe da PRT 11ª REGIÃO, e pela Contratada, Sra. Antonia Reboças de Oliveira, Superintendente Estadual de Operações e Sra. Susyllele Pereira Xavier, Coordenadora Regional de Vendas.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO
DA 16ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º TERMO ADITIVO CONTRATO 10/2013 CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, CNPJ 26.989.715/0047-95; CONTRATADA: CLARO S. A., CNPJ: 40.432.544/0001-47; OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do Contrato 10/2013, que passa a vigorar de 31/03/18 a 30/11/18; PGEA nº 000060.2017.16.900/4. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, II, da

Lei 8.666/93 e Cláusula Décima Quinta do contrato original; ASSINAM: Luciano Aragão Santos, Procurador-Chefe da PRT16, pela contratante, e Juliana Franco Jibrán Hsieh e Roberta Jeronimo Gonso, pela contratada.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 18/2013-MPM. Processo: 19.03.0000.0001918/2018-83. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: WORLD DIGITAL INFORMATICA LTDA. CNPJ: 08.294.170/0001-38. Finalidade: Prorrogação excepcional do prazo de vigência e execução do Contrato de prestação dos serviços de reprodução de cópias e impressões monocráticas, com fornecimento de máquinas copiadoras/impressoras para atender o Ministério Público Militar. Vigência: 3/4/2018 a 2/10/2018. Data de assinatura: 2/4/2018. Assinam: Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral, pelo MPM e Cláudio Borges de Castro e Silva, pela contratada.

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL
E DA REGIÃO NORTE

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ACRE

EDITAL Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2018

TC 033.070/2015-6

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica CITADA a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE CONVENTION & VISITORS BUREAUX (CNPJ: 07.359.752/0001-92), na pessoa do seu representante legal, para, no prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, apresentar alegações de defesa quanto às ocorrências descritas a seguir e/ou recolher aos cofres do Tesouro Nacional (mediante GRU, código 13902-5), valor histórico atualizado monetariamente desde as respectivas datas de ocorrência até o efetivo recolhimento (art. 12, II, Lei 8.443/1992), abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente até 11/4/2018: R\$ 1.441.253,82, em solidariedade com os responsáveis João Luiz dos Santos Moreira (CPF: 077.061.890-15) e Paulo Cesar Boechat Lemos da Silva (CPF: 151.717.016-87).

O débito decorre de: a) irregularidade: serviços executados em desacordo com o objeto pactuado no Convênio 39/2008 (Siconv 702338), firmado entre a CVC&VB e a Embratur, que tinha por objeto "Apoio Logístico e Operacional em Ações de Promoção para a Embratur no Mercado Internacional", com base no plano de trabalho aprovado, conforme consignado na Nota Técnica 28/2013, configurando afronta ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e ao art. 38, alínea d, da Instrução Normativa/STN 01/1997; b) conduta: receber recursos federais cujo objeto não foi aprovado, referente ao Convênio 39/2008 (Siconv 702338), conforme consignado na Nota Técnica 28/2013, caracterizando infração ao disposto no art. 37 da Constituição Federal e ao art. 38, alínea d, da Instrução Normativa/STN 01/1997; e c) nexo de causalidade: como beneficiária do recebimento de recursos federais do convênio cuja execução física do objeto não foi aprovada, contribuiu decisivamente para o cometimento da irregularidade.

A rejeição das alegações de defesa poderá ensejar: a) julgamento pela irregularidade das contas do responsável, com a condenação ao pagamento do débito atualizado e acrescido de juros de mora (art. 19, Lei 8.443/1992) - valor total atualizado e acrescido dos juros de mora até 11/4/2018: R\$ 1.988.283,64; b) imputação de multa (arts. 57 e 58, Lei 8.443/1992).

A liquidação tempestiva do débito atualizado apenas sanará o processo caso o TCU reconheça a boa-fé do responsável e seja constatada a inexistência de outras irregularidades no processo. Nessa hipótese, o Tribunal julgará as contas regulares com ressalva e expedirá quitação da dívida. Consequentemente, caso não seja reconhecida a boa-fé do responsável pelo TCU ou caso sejam constatadas outras irregularidades nas contas, o mero recolhimento do débito atualizado monetariamente não impedirá eventual condenação ao referido pagamento acrescido de juros de mora, abatendo-se os valores já recolhidos.

Não havendo manifestação no prazo, o processo terá prosseguimento, caracterizando-se a revelia (art. 12, § 3º, Lei 8.443/1992).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br) aba cidadão> serviços e consultas> Emissão de GRU).

A informação prestada deverá ser classificada quanto ao grau de confidencialidade, nos termos do art. 14 da Resolução-TCU 254/2013, caso contrário será tratada como pública para o Tribunal.

Informações detalhadas acerca do processo, das irregularidades acima indicadas, do valor histórico do débito com as respectivas datas de ocorrência e dos cofres credores podem ser obtidas junto à Secex-SECEX-AC ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

IZAIAS GOMES DE OLIVEIRA
Secretário
Substituto